

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 198/2022-PGJ, DE 20.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5403/2021-PGJ, de 15.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de janeiro de 2022, e tornar sem efeito a Portaria nº 85/2022-PGJ, de 14.1.22, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99603-9203)
19 (19h01min) a 26.1.2022 (11h59min)	7ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
26.1 (19h01min) a 3.2.2022 (11h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99603-9203)
19 (19h01min) a 26.1.2022 (11h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203
26.1 (19h01min) a 3.2.2022 (11h59min)	7ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 199/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
18 (19h01min) a 25.7.2022 (11h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
7 (19h01min) a 14.2.2022 (11h59min)	Humberto Lapa Ferri
7 (19h01min) a 14.3.2022 (11h59min)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
18 (19h01min) a 25.7.2022 (11h59min)	Humberto Lapa Ferri

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
7 (19h01min) a 14.2.2022 (11h59min)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos
7 (19h01min) a 14.3.2022 (11h59min)	Humberto Lapa Ferri

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 99/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2015/2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000229-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 203/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "F" do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá no período de 31.1 a 4.2.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 204/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2022, a Portaria nº 5407/2021-PGJ, de 15.12.2021, que designou a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para responder pela 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 101/2022-PGJ, DE 14.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2016/2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000188-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 205/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2022, a Portaria nº 5408/2021-PGJ, de 15.12.2021, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para atuar perante a 33ª Zona Eleitoral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 206/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça Dois Irmãos do Buriti no dia 17.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 103/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2015/2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2021.00006858-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 207/2022-PGJ, DE 20.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Rio Brilhante, Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 14.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 208/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Zona Eleitoral no período de 10 a 14.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 104/2022-PGJ, DE 14.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2016/2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2021.00006416-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 209/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Água Clara no período de 31.1 a 11.2.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 210/2022-PGJ, DE 20.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral no período de 31.1 a 11.2.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 233/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 21.1.2022, a Portaria nº 1522/2020-PGJ, de 4.5.2020, que designou a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva para exercer a função de Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 128/2022-PGJ, DE 18.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 29.7.1998 a 11.7.2000, 31.7.2000 a 16.11.2001 e 6.6.2018 a 3.3.2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00000352-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 234/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 21.1.2022, a Portaria nº 1523/2020-PGJ, de 4.5.2020, na parte que indicou a Procuradora de Justiça e Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), Jaceguara Dantas da Silva, como presidente, para compor o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 235/2022-PGJ, DE 24.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 21.1.2022, a Portaria nº 2581/2020-PGJ, de 24.7.2020, na parte que designou a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva para, sem prejuízo de suas funções, presidir a comissão para implantação de ambiente de Educação a Distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 236/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 21.1.2022, as Portarias nº 1541/2014-PGJ, de 16.9.2014 e nº 1648/2014-PGJ, de 1º.10.2014.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 242/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº e-1450/2021-PGJ, de 12.11.2021, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos 13 (treze) dias de férias, que seriam usufruídos no período de 1º a 13.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 246/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a Resolução nº 14/2019-CPJ, de 2 de dezembro de 2019, que instituiu o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do MPMS,

R E S O L V E :

Designar o 25º Promotor de Justiça de Campo Grande, Antonio André David Medeiros, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público nos dias 16 e 17.12.2021 e no período de 17 a 26.1.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Elcio Felix D'Angelo, nos termos do § 3º do artigo 1º do Anexo Único da Resolução nº 14/2019-CPJ.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 249/2022-PGJ, DE 24.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, a partir de 21.1.2022, até ulterior deliberação; e tornar sem efeito a Portaria nº 211/2022-PGJ, de 20.1.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 250/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e considerando o artigo 6º da Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5.7.2017, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para exercer a função de Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), a partir de 25.1.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 200/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 14.1.2022, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Pollyana Netto Medeiros, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 201/2022-PGJ, DE 20.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 24.1.2022, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Junior Prates Cespedes, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 224/2022-PGJ, DE 21.1.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 204/PGJ/2021, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Caio Marques de Oliveira Robaldo, Assessor de Inteligência; 3.1) Suplente – Diogo Banzer da Motta, Chefe do Departamento do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (Processo SAJ nº 09.2021.00006192-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 239/2022-PGJ, DE 24.1.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que, em razão do feriado municipal no dia 25.1.2022, terça-feira, em que se comemora o dia do padroeiro de Ivinhema, São Paulo Apóstolo, foi decretado pela Prefeitura Municipal daquela localidade ponto facultativo no dia 24.1.2022, segunda-feira,

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0002/2022 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou a suspensão do expediente forense na comarca de Ivinhema no dia 24.1.2022,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 24.1.2022, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Ivinhema, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 214/2022-PGJ, DE 21.1.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marcus Vinícius Pereira Alegre, Chefe do Departamento de Cadastro e Distribuição Processual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual no período de 17 a 26.1.2022 e nos dias 27 e 28.1.2022, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense da titular, Elisângela Cristina Nery.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 215/2022-PGJ, DE 21.1.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia da Silva Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 10 a 28.1.2022, em razão de férias da servidora Vânia de Oliveira Coelho Gondim, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 216/2022-PGJ, DE 21.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thyago Gonçalves Vieira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo da ESMP, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Estudos e Pesquisa da ESMP no período de 10 a 19.1.2022, em razão de férias da titular, Karla Karoline Assumpção Cavalcante Nery.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 232/2022-PGJ, DE 21.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ana Celia Crispim de Araujo Chaves, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 11.1.2022, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 498/2014-PGJ, de 26.3.2014, que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (Processo SAJ nº 09.2022.00000260-3).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-50/2022-PGJ, DE 24.1.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Geisa Jacob Gomes de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 21 a 30.3.2022 e de 13 a 22.10.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.7.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-51/2022/PGJ, DE 24.1.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Weskley Moreira, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.8.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.3.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 05/2021/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, **torna público o pedido de remoção por permuta formulado pelo Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Júnior, titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, e pela Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo**, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, os interessados manifestem eventual impugnação.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 2ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2022.

1. Expedientes:**1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001701-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002851-8.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004227-1.

3. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003318-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003715-4.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005756-1.

**5. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005889-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005075-7.

6. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002057-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003670-0.

7. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001307-0.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001371-8.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Expediente:**

- **Ofício nº 0282/2021/43PJ/CGR**, que trata de consulta formulada pelo Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, questionando a possibilidade de declinar da competência nos autos da Ação Coletiva de Consumo n.º 0900198-72.2018.8.12.0001 proposta por determinação do Conselho Superior do MP, tendo em vista a superveniência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do “Tema 1075”, estabelecendo que, ajuizadas múltiplas demandas coletivas de âmbito nacional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas. (Protocolo Unificado nº 02.2021.00073320-4)

Conselheiro Relator Francisco Neves Júnior

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001614-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração acerca da notícia de atos de improbidade administrativa decorrentes de contratação irregular da empresária individual Neide Terezinha de Oliveira pelo Município de Ribas do Rio Pardo, bem como eventual descumprimento de carga horária exercida pelo servidor público municipal Bruno Schindell Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000866-2

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração se os prédios das Escolas Estaduais "Manoel da Costa Lima, Peri Martins, Ladislau Deak Filho, Professor Braz Sinigaglia e Professor Luiz Alberto Abrahan", bem como dos órgãos públicos IAGRO, AGRAER, AGENFA, DETRAN, Delegacia de Polícia Civil, Pelotão da Polícia Militar, e Corpo de Bombeiros, sediados neste município, estão em conformidade com as normas gerais e aos critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei 10.098/2000).

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002917-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de eventuais irregularidades decorrentes da contratação de serviços de locação de software de contabilidade, recursos humanos, patrimônio (IC físico nº 12/2015).

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000899-9

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Viação Motta Ltda.

Assunto: Apuração de eventual inobservância por parte da “Viação Motta” ao direito de passagens gratuitas, e com descontos, oferecido a idosos.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001131-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades no Loteamento da quadra 45 da PCC I (Travessa Ragalzi) localizado em Anastácio/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001300-7

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gehlen & Cia Ltda. (Kiwi Tropical)

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos dos consumidores, por parte da “Gehlen & Cia Ltda.” (Kiwi Tropical), em razão de deixar de conferir, nas dependências de seu estabelecimento, medidas de proteção e resguardo à saúde e segurança dos consumidores no que diz com a doença Covid-19.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001278-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de eventual desmatamento ilegal de 5.168m² em Área Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Jatobá, de acordo com o Laudo Técnico n.º 80/2021/Nugeo.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000451-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luis Augusto do Prado Pereira e Sidnei Ribeiro da Silva.

Assunto: Apuração de eventual dano ambiental decorrente da atividade irregular de reciclagem, localizada na Rua José Ferreira França, Lote n.º 03, Bairro Campina Ipacaray, em Sidrolândia/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001507-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Élcio de Barros Galicia

Assunto: Apuração do desmatamento de 8,45 hectares de vegetação nativa, sem autorização ambiental, na propriedade rural "Fazenda Louro", de propriedade de Élcio Barros Galicia.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000469-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Saner Paulo de Oliveira Farias

Assunto: Apuração de denúncias sobre o uso indevido de aparelhos celulares fornecidos pela Câmara Municipal de Pedro Gomes aos respectivos vereadores e demais servidores do município (IC n. 006/2011).

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00001588-1 – SIGILOS

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP

12. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2021.00008911-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Verificação da abrangência da rede de coleta de esgoto do município de Dois Irmãos do Buriti.

**13. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000252-1**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Costa Rica

Requerente: Centro de Atenção Psicossocial do Município de Costa Rica-MS

Requerida: Danila Batista de Moraes

Assunto: Coleta de elementos para verificar as condições de propositura de ação com pedido de internação compulsória em face da requerida, haja vista ser ela dependente química, o que acaba por acarretar transtornos a ela própria, seus familiares, bem como à sociedade de um modo geral.

14. Inquérito Civil nº 06.2021.00000445-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reginaldo Antonio Poiatti

Assunto: Apuração da valoração de dano ambiental e eventual obrigação de não fazer pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da aplicação de produto domissanitário para utilização em lavoura de agricultura, consoante o Auto de Infração e Multa n.º 121.760 (fls. 01/02), Série B, Tipo Manual.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00001367-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Carlos Izidoro de Souza e outro

Assunto: Apuração de dano ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa sem a licença ambiental do órgão competente, ocorrido na Fazenda Pé de Serra.

16. Inquérito Civil nº 06.2020.00000975-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

17. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001039-8

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Eunice Giron de Carvalho

Requerida: Silvânia da Silva Silvestre Cabral

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade cometida pela servidora pública municipal Silvânia da Silva Silveira Cabral, odontóloga do Município de Três Lagoas-MS, que, no ano de 2016, em suposta incompatibilidade de horários, exerceu a função de Conselheira do Conselho Regional de Odontologia - CRO.

2.2.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001424-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: IMASUL e Proprietário da Fazenda Querência

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca da possível emissão indevida de autorização ambiental para supressão vegetal e corte isolado de árvores, bem como a possível supressão vegetal de 3.873,18 hectares na Fazenda Querência, neste Município, sem identificação da respectiva autorização ambiental, no período compreendido entre 11/09/2007 e 17/07/2016.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001384-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Angélica e Associação Beneficente de Angélica

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa em face do possível acúmulo de cargos pelo requerido Maurício Fornasier, bem como perscrutar eventual irregularidade na fiscalização das prestações de contas do Hospital Beneficente de Angélica, que auferia subvenções sociais.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000767-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade e as medidas necessárias para a correção das erosões de grandes proporções existentes nos lotes urbanos 08, 09, 10 e 11 do loteamento Jardim Acapulco, na propriedade rural denominada “Sítio Nossa Senhora Aparecida” e no final da Avenida Cuiabá, estrada de acesso ao loteamento Portal do Eldorado, neste município, provocadas pelo inadequado escoamento das águas pluviais provenientes da área urbana correspondente ao Jardim Acapulco, neste município.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003498-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tarcílio Evaldo de Souza Júnior

Assunto: Verificar a existência de degradação de APP e supressão vegetal, bem como a regularização da reserva legal, em campo e junto ao CRI.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000856-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ermelindo Adolpho Arrigucci

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Chácara do mineiro”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1042, no âmbito do Programa SOS Rios.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000742-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: José Fernandes de Souza

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do descarte indevido de pneus em área ambientalmente protegida, sem autorização do órgão ambiental, na Chácara Fernandes, Lote 720, Zona Rural de Novo Horizonte do Sul.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000935-4 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Paranaíba

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002955-7

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual falta de infraestrutura básica nos Bairros Campo Belo I e II, de Dourados/MS, como posto de saúde, saneamento básico, escolas públicas, transporte público de qualidade, dentro outros.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003547-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato Alves Ribeiro

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência de desmatamento, a corte raso, de 408,00 hectares de vegetação nativa, localizada no bioma pantanal, área considerada de objeto especial pela CF/88 (art. 225 §4º), sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominado Fazenda Querência.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001618-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: PMA Alexandre Saraiva Gonçalves

Requerido: Fabrício Nunes da Silva Viana

Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade localizada na Estrada do Cascalho, Zona Rural, nesta cidade de Mundo Novo, conhecida como “Sítio Santa Luzia”.

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001250-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gianpaolo da Veiga Pessoa Farris

Assunto: Apurar responsabilidade pelo dano ambiental ocorrido na Fazenda Santa Paola, decorrente do corte de exemplares arbóreos de grande porte dispersos em área de reforma de pastagem, totalizando 60 ha, sem Autorização Ambiental.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2021.00004321-2 - SIGILOSO

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

5. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000690-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica

Requerido: Odirce Platero de Souza

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Odirce Platero de Souza.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000636-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar delação acerca de supostas ilegalidades cometidas, em tese, pelo poder executivo de Sonora.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001718-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados por meio de expediente remetido pelo MPF, referente a possíveis irregularidades em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a COOPHAF.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001437-9 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000873-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sinézio de Lima

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel sem denominação, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1071, no âmbito do Programa SOS Rios.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000693-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro da Silva Santana

Assunto: Apurar funcionamento de atividade potencialmente poluidora (carvoaria), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominada Rancho Estrela Dourada, distrito de Amandina, nesta cidade e Comarca de Ivinhema/MS, de propriedade do Sr. Mauro da Silva Santana.

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002012-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Polícia Militar Ambiental 15bpma PMMS

Requerido: Daltro Fiuza

Assunto: Apurar a legalidade da criação de javalis na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, de propriedade do Senhor Daltro Fiuza.

**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001087-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Bonito-MS

Requerido: José Marcio Ferreira dos Santos, Daniela Vieira Perez, Janaina de Barros Araujo Ferreira, Artur de Azevedo Perez Filho

Assunto: Apurar a construção (abertura) de estrada para uso interno na propriedade rural, de picadas, deck e passarelas de madeira, às margens do Rio Formoso, na Chácara Marília - Parte da Fazenda São João, em Bonito-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n.º 4759 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 072/4ªCIA/BPMA/2021.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000705-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

Requerido: Luiz Faria de Araújo

Assunto: Apurar desmatamento de 89,08 hectares em área de Áreas de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos e Vegetação Ciliar Aluvial, na Fazenda Paraíso, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 285/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

4. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000049-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Núcleo de Geotecnologias-NUGEO

Requeridos: Aurea Fernandes Geraldi e Vera Lúcia Fernandes Geraldi

Assunto: Formalizar Termo de Ajustamento de Conduta com as requeridas Aurea Fernandes Geraldi e Vera Lúcia Fernandes Geraldi pelo fato de ter sido constatado o desmatamento, possivelmente ilegal, de 8.334,57 m² ocorrido na Fazenda Stella II, V, VIII, localizada no município de Costa Rica-MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Carlos Tranquilo Bonatto

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental da Área de Preservação Permanente no Lote 45, na Quadra T/RUA, localizado na Rua Naviraf, Bairro Autonomista, de propriedade de Carlos Tranquilo Bonatto, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001383-6 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001066-1

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a falta de medicamentos para sedação e anestesia.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000864-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar supostas irregularidades no pagamento de diárias aos vereadores deste Município, nos anos de 2020 e 2021.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001171-0

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gustavo Almeida Freitas de Souza e Angelita Batista da Silva Lopes



Assunto: Apurar eventual prática de condutas transgressoras às medidas preventivas e sanitárias necessárias à contenção das nefastas consequências provocadas pela pandemia da Covid-19, consistente em ocasionar aglomeração, bem como injusta e intolerável violação a preceitos fundamentais da coletividade, tais como a saúde a dignidade da pessoa humana.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001488-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário consistente no pagamento de serviços inexistentes por parte da municipalidade, para fins de desvio de verbas públicas e aplicação em campanha eleitoral.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001832-7

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar as irregularidades no CAPS I de Coxim, apontadas no relatório de vistoria do Conselho Regional de Medicina nº 61/2018.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002709-2

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades técnicas e estruturais da sede da CAF Central de Abastecimento Farmacêutico e da URMI Unidade Reguladora de Medicamentos e Insumos, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003474-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Vicentina

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pelo Município de Vicentina, consistente na disponibilização de ônibus escolar para transporte de funcionários da empresa Kagiva, localizada no Município de Vicentina IC físico nº 09/2015.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000914-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Luiza de Oliveira Pereira

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Loteamento Sítiooca Lambari Lote 14”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1.010, no âmbito do Programa SOS Rios.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000319-7

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade no fornecimento de insumos para pacientes laringectomizados e traqueostomizados em Campo Grande/MS.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000687-9 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000089-2 – SIGILOSO

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001741-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcínópolis

Assunto: Apurar a conduta omissiva do gestor municipal em não proceder a integração do Município de Alcínópolis-MS ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme obrigação disposta no artigo 24, da Lei nº 9.503/97, do Código de Trânsito Brasileiro.

Advogado: Cleomar Furtado de Lima - OAB/MS nº 8.219

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002909-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Aumentar o número de leitos psiquiátricos em hospitais públicos e conveniados ao SUS no Município de Campo Grande.

PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 1º DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0908/2021/CGMP/MS**, de 7.12.2021. O Corregedor-Geral do Ministério Público em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar n. 72/94, com as alterações conferidas pela Lei Complementar n. 145/2010, encaminha Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias previstas no Aviso n. 07/CGMP/2021, publicado no DOMP n. 2530, de 30 de setembro de 2021, realizadas nas Promotorias de Justiça da comarca de Miranda. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00109566-2*)

- **Ofício nº 0014/2022/CGMP/MS**, de 18.1.2022. O Corregedor-Geral do Ministério Público em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar n. 72/94, com as alterações conferidas pela Lei Complementar n. 145/2010, encaminha Relatório Circunstanciado de Correição Ordinária prevista no Aviso n. 08/CGMP/2021, publicado no DOMP n. 2555, de 11 de novembro de 2021, realizada nas Promotorias de Justiça das comarcas de Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Terenos, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00003676-0*)

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis:

- **Ofício nº 08/2021/CPJ-Cíveis**, de 07.12.2021, a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da **Ata nº 002/2021** referente à reunião ordinária mensal da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis**, realizada em 24.11.2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00109660-6*)

3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Recursos Especializados Cíveis:

- **Ofício nº 02/2021/CRE-Cíveis**, de 08.12.2021, o Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da **Ata nº 001/2021** referente à reunião ordinária das **Procuradorias de Justiça de Recursos Especializados Cíveis**, realizada em 24.11.2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00110212-5*)

4. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça dos Interesses Difusos e Coletivos:

- **Ofício nº 018/2021/CPJ-Int.Dif.Col**, de 29.11.2021, a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da **Ata nº 06/2021**, da reunião extraordinária da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos**, realizada em 10.11.2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00105583-7*)



5. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:

- **Ofício nº 019/2021/CPJ-Criminais**, de 17.12.2021, o Procurador de Justiça Antônio Siufi Neto, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da **Ata nº 002/2021** referente à reunião da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais**, realizada em 22.11.2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00114392-7*)
- **Ofício nº 022/2021/CPJ-Criminais**, de 17.12.2021, o Procurador de Justiça Antônio Siufi Neto, em cumprimento ao §1º do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da **Ata nº 003/2021** referente à reunião da **Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais**, realizada em 1º.12.2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00114436-0*)

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:

1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- **Ofício nº 0023/2022/CGMP/MS**, de 18.1.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00004160-7*)

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- **Ofício nº 0532/2021/02PJ/MRD**, de 17.11.2021. (*Protocolo Unificado nº 02.2021.00100255-0*)

3. 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- **Requerimento**, de 17.1.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00003290-8*)

7. Ordem do dia:

7.1. Remoção e Promoção:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00006868-0

Expediente: Aviso nº 24/2021/CSMP, de 9.12.2021, publicado no DOMP/MS nº 2.575, de 10.12.2021.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, e promoção, pelo critério de merecimento, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Inscritos para remoção: Fernando Jorge Manvailler Esgaib, Helen Neves Dutra da Silva, Humberto Lapa Ferri, Élcio Félix D'Angelo, Henrique Franco Cândia, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, Fernando Martins Zaupa, Grázia Strobel da Silva Gaifatto, Izonildo Gonçalves de Assunção Júnior, Juliano Albuquerque e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

Inscritos para promoção: Daniella Costa da Silva e Oscar de Almeida Bessa Filho.

Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00007104-1

Assunto: Remoção por permuta formulado pelo Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Júnior, titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí e pela Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo.

7.2. Julgamento de Processo:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00004331-2

Requerente: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Assunto: Analisar a proposta de minuta de Resolução que regulamenta o estágio probatório dos membros do MPMS.

Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000601 DE 27.12.2021 DO PROCESSO PGJ/10/1696/2021**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Anulação parcial do saldo de empenho, NE (2021NE000304) publicada no DOMP-MS nº 2.481 de 16 de julho de 2021, página 25, tendo em vista Certidão, de 19.11.2021 às fls. 102/103 e Decisão da Secretária-Geral às fls. 113/116 – redimensionamento das persianas.

Valor: R\$ 706,19 (setecentos e seis reais e dezenove centavos).

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR – REGES

Processo: 09.2021.00006695-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR – REGES**, representado por seu Diretor, **Marcelo Plens**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela Rede Gonzaga de Ensino Superior - REGES, nas dependências do Concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 10.01.2022 até 10.01.2027.

Data da assinatura: 10 de janeiro de 2022.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000204 DE 20.01.2022 DO PROCESSO 09.2021.00007256-2

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Claudemir Aires Vicente.

Licitação: Ata de Registro de Preços 29/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de água mineral, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 10.064,50 (dez mil e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000204 de 20.01.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000205 DE 20.01.2022 DO PROCESSO Nº 09.2021.00007255-1

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: V4 Comércio de Alimentos Ltda.

Licitação: Ata Registro de Preços nº 23/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000205 de 20.01.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2021-PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.485 DE 22 DE JULHO DE 2021 (PÁGINAS 8 A 9) E NO DOMP-MS Nº 2.544 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 (PÁGINA 18) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0351/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **QUALITY LUX COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI**, representada por **Sidnei dos Santos Abreu**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção civil, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Disco de Corte Diamantado para Porcelanato - Turbo: Diâmetro: 105 a 110 mm, Eixo: 20 mm, Suporta: RPM 14.00. Marca/modelo: Fertak.	Unidade	50	10,24
5	Disco de Corte para Multi Materiais, produto reforçado com 2 telas, de alto desempenho: Diâmetro: 115,0 mm (4 1/2"), Espessura: 1,0 mm (0,04"), Eixo: 22,23 mm (7/8"), Certificação: ABNT NBR 15230 EN 12413, Suporta: RPM 13.300 80m/s. Marca/modelo: Não registrado.	Unidade	300	Não registrado
6	Disco reto de Corte para Metal: Diâmetro: 230 mm (9"), Espessura: 2,5 mm (3/32"), Eixo: 22,23 mm (7/8"), Certificação: EN 12413, Suporta: RPM 6.600 80 m/s. Marca/modelo: Marca/modelo: Não registrado.	Unidade	30	Não registrado
7	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 150 micras. Embalagem rolo de 4 metros de largura x 100 m de comprimento. Marca/modelo: Jopack.	Unidade	300	224,36
14	Placa de gesso acartonado (<i>drywall</i>) branca, para uso geral de ambientes internos e aplicadas em áreas secas, como paredes, divisória e forros. Dimensões: 2,40 m de altura X 1,20 m de largura x 1,25 cm de espessura, em formato retangular. Tipo de borda da chapa: BQ (quadrada) e BR (rebaixada), coeficiente de condutividade térmica: 0,16 kcal/h.m2.oC. O Produto de estar em conformidade com a Norma ABNT NBR 14.715. Marca/modelo: Não registrado.	Unidade	200	Não registrado
15	Protetor para piso em rolos de 1 metro de largura por 25 metros de comprimento, executado em papel kraft integrado/laminado com plástico bolha de alta resistência, para aplicação em obras, visando proteção de pisos cerâmicos e porcelanato. Marca/modelo: Dplastic.	Unidade	200	197,96
16	Tábua de madeira não aparelhada 2,5 x 30 cm x 3 m, Pinus, mista ou equivalente da região. Marca/modelo: Não registrado.	Unidade	30	Não registrado
17	Vergalhão de aço CA-50 para montagem de armaduras, com nervuras transversais oblíquas na superfície. Diâmetro nominal (bitola) do ferro de 10,0 mm (3/8") e comprimento de 12m. Peso aproximado: 7,4 kg. Em conformidade com os requisitos exigidos pela norma ABNT NBR 7480/2007. Marca/modelo: Não registrado.	Unidade	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 20 de julho de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.486 DE 23 DE JULHO DE 2021 (PÁGINA 26) E NO DOMP-MS Nº 2.541 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (PÁGINA 36) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0947/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EFICAZ LOGÍSTICA ATACADÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS EIRELI**, representada por **Francisco de Assis Gonçalves Saraiva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marcas de referência: Caboclo Tradicional, Três Corações Tradicional, Pilão Tradicional e Melitta Tradicional. Marca: Caboclo Tradicional.	Unidade	16.000	14,95

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 16 de julho de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.544 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 (PÁGINAS 19 A 20) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1287/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL S.B.S EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 11/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Adesivo tipo selante silicone (convencional) acético transparente, capacidade mínima 280 gramas, uso em pistola. Adesivo selante tixotrópico monocomponente, baixo módulo, antifungo e de cura acética. Sua cura ocorre em temperatura ambiente e na exposição à umidade do ar. Aplicável em superfícies vitrificadas, alumínio, vidros comuns e temperados, azulejos, louças sanitárias, portas e janelas, box em banheiros etc. Resistente aos raios UV e pode ser aplicado em áreas externas, como calhas, rufos e junta de pisos. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrado.	Unidade	200	Não registrado
4	Argamassa colante industrializada em estado seco tipo II (AC-II), cinza, para assentamento de placas cerâmicas, semigrês e ardósia. Uso em	Unidade	60	Não registrado



	ambientes internos e externos e fachadas. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 0,5 MPa. Em conformidade com as exigências da ABNT NBR 14081. Embalagem: saco de 20 kg. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrado.			
6	Fundo preparador de parede a base de água, para uso externo e interno. Composição: Resina a base de dispersão aquosa de copolímero acrílico e aditivos especiais. Função: Aglutinar partículas soltas e tornar a superfícies como reboco fraco, caiação, gesso e pinturas calcinadas aptas a receberem acabamentos. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 15079 e 11702. Validade mínima de 12 meses. Embalagem: lata de 18 litros. Marca: Velutex.	Unidade	50	217,96
7	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espreadimento: 10 cm; tempo de pega para revestimento: 30 min; resistência à flexão: 35 kg/cm². Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12.127. Validade mínima de 5 meses. Embalagem: saco de 1kg. Marca: Juntalider.	Unidade	100	4,97
8	Graute cimentício industrializado pronto para o uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. densidade da mistura sem brita: 2,24 kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre +10°C e 35°C; tempo para aplicação após a mistura (25° C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: 20 Mpa; resistência à compressão aos 28 dias: 50 Mpa. Validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Embalagem: saco de 25 kg. Marca: Sika.	Unidade	50	44,52
9	Lubrificante e desengripante (aerossol) Composição: óleos minerais, solventes alifáticos, anticorrosivos, essência e propelente. Não contém água, querosene ou silicone. Não ataca tintas, vernizes, borrachas, tecidos e plásticos. Especificações técnicas: Estado físico: líquido premido Cor: Levemente amarelado Odor: característico Ponto de fulgor: -60 °C (vaso fechado) Limite inferior de inflamabilidade: 1,8 (butano) 2,2 (propano) % (v/v ar) Limite superior de inflamabilidade: 8,4 (butano) 9,5 (propano) % (v/v ar) Pressão de vapor (37,8oC): 1430 kpa (butano/propano) Densidade relativa: 0,82 g/mL Solubilidade: Imiscível em água Viscosidade: 2.79-2.96 cSt @ 100°F (37.8°C). Em conformidade com ABNT 14235 e 14725-2. Validade mínima de 12 meses. Embalagem de 300 ml. Marca: Use.	Unidade	100	9,70
10	Mástique à base de resinas acrílicas. Características: elasticidade, aderência e impermeabilidade, tendo como finalidade o tratamento de trincas e fissuras na recuperação de fachadas de edifícios, cor branco, de consistência pastosa. Utilização: Calafetação de juntas de fechamento de pré-moldados. Fissuras de retração, tanto horizontais como verticais. Trincas e fissuras em fachadas de edifícios. Calafetação de frestas entre guarnições de madeira ou metal e as paredes acabadas. Em conformidade com a norma ABNT NBR 9575. Validade do produto de no mínimo 9 meses. Embalagem: 18 kg. Marca: Não registrado.	Unidade	50	Não registrado
11	Rejunte epóxi base água, tricomponente composto por resina, endurecedor e carga mineral colorida, cor cinza. Indicado para rejuntamento de revestimentos dos tipos porcelanatos, cerâmicas e pedras especiais em ambientes internos e externos, secos e úmidos. Em conformidade com a norma ABNT NBR 15463. Validade do produto de no mínimo 12 meses a partir data de fabricação. Embalagem de 1kg. Marca: Não registrado.	Unidade	50	Não registrado
12	Revestimentos semi-flexível, impermeabilizante e protetor (sika top 107), bicomponente, à base de cimento, areias selecionadas e resina acrílica para uso em concreto, argamassa ou alvenaria com excelente aderência e impermeabilidade, cor cinza, componentes A (líquido) e B (pó). Dados técnicos: vida útil de mistura de 30 min, na primeira relação de mistura: A:B= 1:3,5 (25°c / 50% UR), resistência à pressão positiva de água 70 m.c.a. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14081. Validade do produto de no mínimo 6 meses para o vencimento. Embalagem: balde 18 kg. Marca: Sika top 107.	Unidade	100	157,48

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 22 de outubro de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.544 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 (PÁGINAS 20 A 21) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1635/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 22/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de elétricos (passa fio, plugs, refletores tomadas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Passa fio em polipropileno com alma de aço, frisado e guia com mola na ponta. Comprimento: 20 metros. Indicado para passagem de fios e cabos em instalações elétricas e telefonia. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Gomes Garcia.	Unidade	10	20,90
2	Plug Fêmea 10A 2P+T, preto, reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
3	Plug Fêmea 20A 2P+T, preto, reto. Plug macho 10A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
4	Plug macho 10A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Tramontina.	Unidade	100	6,10
5	Plug macho 20A 2P+T, preto reto. Marcas de referência: Legrand, Tigre ou Tramontina. Marca: Tramontina.	Unidade	100	8,90
6	Quadro de sobrepor, em aço carbono, pintura eletrostática cor bege, incluso barramento trifásico tipo espinha de peixe para até 150 A, derivação de 32 A, capacidade para 44 módulos DIN. Marcas de Referência: Legrand, Tigre ou Steck. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Legrand.	Unidade	20	1.620,00
7	Quadro para distribuição para telefonia 400x400x150mm, com fundo de madeira com Bloco M10 tipo barga e o bastidor metal para bloco M10. Marca: Lukbox.	Unidade	10	183,00
8	Refletor de Led 120W ou inferior, com fluxo luminoso igual ou superior à 9500 lumens, bivolt, blindado com isolamento IP 66 ou superior, corpo em alumínio e vidro temperado, ângulo 120°, parafuso em aço inox, cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil superior a 20.000 horas. Marcas de referência: Philips, Osram, Kian ou Luke. Marca: Kian.	Unidade	100	246,00
10	Tampa 4x2 cega, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand Zeffia.	Unidade	500	4,50
11	Tampa 4x2 para 1 módulo vertical, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand Zeffia.	Unidade	200	7,90
12	Tampa 4x2 para 2 módulos separados, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand Zeffia.	Unidade	500	4,00
13	Tampa 4x4 cega, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand Zeffia.	Unidade	300	8,90
14	Tampa 4x4 para 4 módulos separados, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Legrand Zeffia.	Unidade	150	10,90
15	Terminal de pino, pré-isolado, para condutor de 4 a 6 mm2. Comprimento do pino: 10 mm. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Lukma.	Unidade	300	2,10



16	Tomada sistema x 2P+T 10A 250V, completa (tomada, caixa e espelho), em conformidade com a NBR14136. Marca: Ilumi.	Unidade	200	10,90
17	Tomada sistema x 2P+T 20A 250V, completa (tomada, caixa e espelho), em conformidade com a NBR14136. Marca: Ilumi.	Unidade	150	18,90
18	Tubo (espaguete) termorretrátil 12 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	100	14,90
19	Tubo (espaguete) termorretrátil 18 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	50	23,90
20	Tubo (espaguete) termorretrátil 30 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	20	32,90
21	Tubo (espaguete) termorretrátil 6 mm. Tensão Suportada: 600 V. Capacidade de retração igual ou superior a 3:1. Anti-Chama. Em conformidade com a normas ASTM D 2671 e UL 224. Cor Preta. Marca: Lukma.	Metro	100	6,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de outubro de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/1625/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JUME'S MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**, representada por **Régis Gutemberg Sales da Mata**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 29/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de elétricos (luminárias e módulos de tomada), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Luminária de Sobrepor com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 600 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo "bat wing"; rendimento mínimo de 75%. Marca: Lumalux.	Unidade	30	110,00
4	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 60 x 60cm, potência 48w, led, 6000k, com driver bivolt já incluso, vida útil 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Lumalux.	Unidade	50	200,00
5	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 60 x 60cm, potência 48w, led, 4000k, com driver bivolt já incluso, vida útil 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Mtx.	Unidade	50	200,00
6	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 22,5 x 22,5cm, potência 18w, led, 6000k, com driver bivolt já incluso, vida útil 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Mtx.	Unidade	50	30,00



7	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 22,5 x 22,5cm, potência 18w, led, 4000k, com driver bivolt já incluso, vida útil 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Mtx.	Unidade	50	30,00
9	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 30 x 30, potência de 24w, 4000k, 1800lm, com driver bivolt já incluso, vida útil de 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Mtx.	Unidade	50	38,00
11	Módulo cego de encaixe para proteção e acabamento de tomadas, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível, dimensões aproximadas de 4,5 cm x 2,5 cm (largura x comprimento). Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
12	Módulo de tomada 2P+T, 10 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
13	Módulo de tomada 2P+T, 20 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/1625/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PAULO ELETRO LTDA**, representada por **Paulo Otavio de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 29/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de elétricos (luminárias e módulos de tomada), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Luminária de Sobrepor com capacidade para quatro lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 600 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo “bat wing”; rendimento mínimo de 75%. Marca: Lumipetro.	Unidade	30	150,00
3	Luminária de Sobrepor com capacidade para quatro lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em chapa de aço, com pintura com tinta pó poliéster de alta resistência na cor branca microtexturizada. Marca: Lumipetro.	Unidade	20	250,00
8	Luminária plafon quadrada de embutir, fabricada em alumínio com acabamento na cor branca, dimensões 30 x 30, potência de 24w, 6000k, com driver bivolt já incluso, vida útil de 50.000 horas com tecnologia LED e difusor em acrílico branco. Marca: Ledimport.	Unidade	50	48,55



11	Módulo cego de encaixe para proteção e acabamento de tomadas, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível, dimensões aproximadas de 4,5 cm x 2,5 cm (largura x comprimento). Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
12	Módulo de tomada 2P+T, 10 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4 m, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
13	Módulo de tomada 2P+T, 20 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
17	Módulo tomada 10A 2P+T, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial.	Unidade	1000	8,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/1625/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 29/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de elétricos (luminárias e módulos de tomada), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Módulo de interruptor simples, bivolt, 10 A, cor branco, acionamento por tecla, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS). Fabricado em plástico não propagante à chama e metal. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Pial Legrand.	Unidade	100	12,55
11	Módulo cego de encaixe para proteção e acabamento de tomadas, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível, dimensões aproximadas de 4,5 cm x 2,5 cm (largura x comprimento). Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
12	Módulo de tomada 2P+T, 10 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4 m, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não Registrado
13	Módulo de tomada 2P+T, 20 A, cor branco, com pinos cilíndricos Ø 4,8 mm, marca Pial Legrand, linha Pial Plus (Conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS), fabricado em material termoplástico auto-extinguível e metal. Em conformidade com a	Unidade	100	Não Registrado



	norma ABNT NBR 14136. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Não registrado.			
14	Módulo cego, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial Legrand.	Unidade	1.000	4,00
15	Módulo interruptor paralelo de 10 A, 250 V, branco, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial Legrand.	Unidade	200	8,50
16	Módulo interruptor simples de 10 A, 250 V, branco, marca Legrand, linha Zeffia. (Seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS). Marca: Pial Legrand.	Unidade	300	7,00
18	Módulo tomada 20A 2P+T, vermelho, linha Zeffia. Marca Legrand, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Pial Legrand.	Unidade	500	18,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de janeiro de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 01/2022.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2022.0000009-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Pedro Alberto Pugliesi.

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Estância Canaã II, localizada parcialmente na APA do Guariroba, diante das informações constantes no Relatório Técnico n. 242/2021/UCGFAV/SUFGA/SEMADUR.

Campo Grande, 21 de Janeiro de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 02/2022.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2022.00000010-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prime II Serviços de Apoio Administrativo Ltda.

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Estância Nossa Senhora de Lourdes, localizada na APA do Guariroba, diante das informações contidas no Relatório Técnico n. 330/2021/UCGFAV/SUFGA/SEMADUR.

Campo Grande, 21 de Janeiro de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 03/2022.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2022.0000011-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ilson Francisco Venturin Carloto.

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Santo Antônio, localizada na APA do Guariroba, especificamente em relação ao desrespeito à metragem correta para as áreas de preservação permanente, conforme Relatório Técnico n. 256/2021/UCGFAV/SUFGA/SEMADUR.

Campo Grande, 21 de Janeiro de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 04/2022.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2022.0000012-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Elayne Aparecida S. Dutra Marques.

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Agostinho R3A, localizada na APA do Guariroba, diante das informações contidas no Relatório Técnico n. 266/2021/UCGFAV/SUFGA/SEMADUR.

Campo Grande, 21 de Janeiro de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

TERENOS

EDITAL Nº 0032/2021/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2021.00001515-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na compra de combustível pelo Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 17 de dezembro de 2021.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0033/2021/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2021.00001516-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade em contrato celebrado pelo Município de Terenos com a empresa Dário Canteiro dos Reis para fabricação de conjuntos escolares.

Terenos/MS, 17 de dezembro de 2021.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0001/2022/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2022.00000051-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Aristeu Pereira Nantes – Prefeito Municipal, Amadeu Ferreira de Moura, Vice-Prefeito e José Anderson

Assunto: apurar eventuais irregularidades consistentes no uso do fornecimento do maquinário público para particulares em desacordo com a Lei n. 1.017/2017 e 1.161/2019.

Glória de Dourados/MS, 21 de janeiro de 2022

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça